

NEGOCIAÇÃO COM GOVERNOS

Samarco fecha acordo de R\$ 4 bi para recuperação do Rio Doce

Mineradora vai dar dinheiro para fundação que será criada para gerir os trabalhos

▄ RONDINELLI TOMAZELLI
rtomazelli@redgazeta.com.br

Depois de mais de um mês de duras e complexas negociações em Brasília, foi fechado o acordo que obriga a Samarco a recuperar o Vale do Rio Doce após a tragédia do rompimento das barragens em Mariana (MG). Já este ano a mineradora terá de desembolsar R\$ 2 bilhões à fundação que será criada para gerir os trabalhos de recuperação ambiental e socioeconômica nos municípios atingidos em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Com isso, além da revitalização do rio assoreado e da recomposição da fauna e da flora do entorno, a população também terá direito a assistência, capacitação profissional e indenizações. É uma promessa de alento para as cidades capixabas impactadas – Baixo Guanandu, Colatina e Linhares. A mineradora também se comprometeu a depositar R\$ 1,2 bilhão em 2017 e mais R\$ 1,2 bilhão em 2018. Esses montantes serão aplicados em cerca de 40 projetos de recuperação a cargo



CARLOS ALBERTO SILVA - 01/12/2015

Lama do Doce em Colatina: além do meio ambiente, fundo servirá para ajudar economia de cidades afetadas

da fundação, administrada por gestores renomados e sem participação da empresa e do poder público.

Nos sete anos seguintes, os valores de aporte serão calculados conforme a média dos anos anteriores, segundo explica o procurador-geral do governo do Espírito Santo, Rodrigo Rabello, que comemora o enten-

dimento firmado. “Considero que o acordo é histórico, muito bom, feito de forma transparente. Na verdade, vai reduzir o prazo da recuperação ambiental e social. Se fossemos recorrer a ação judicial, pericia, sentença..., tenho certeza que iríamos levar um tempo muito grande”.

Após um dia inteiro de

SEM DEMORA

“É acordo histórico, satisfatório. Esperar pelos processos judiciais seria muito mais demorado”

RODRIGO RABELLO
PROCURADOR-GERAL/ES

reunião ontem, a mesa se prolongará hoje para os acertos finais entre os governos federal, mineiro e capixaba e Samarco e suas controladoras Vale e BHP. O procurador-geral reitera que o acordo abrevia esse início da recuperação contemplando as exigências dos órgãos ambientais. “Nunca tivemos uma acidente dessa magni-

tude. O mundo já configurou como saída a chamada autocomposição entre as partes, em vez de esperar solução judicial”, salienta.

SEDE EM MINAS

Na prática, a fundação (ainda sem nomes escolhidos) é que cuidará da recuperação do rio Doce e da compensação econômica das vítimas. Ainda sem nome definido, ficará sediada em Belo Horizonte (MG) e será constituída, na previsão de Rabello, entre 90 e 120 dias. Até lá, a Samarco é obrigada a continuar todas as medidas que vem executando para assistir à população atingida. Também está expressamente escrito no acordo que a Vale e a BHP terão que arcar com os pagamentos anuais caso sua controlada não honre os compromissos.

Segundo explica Rabello, o entendimento celebrado será submetido ao juízo onde o caso corre - inclusive com sentenças já dadas contra a mineradora. “Sendo homologado, isso passa a ser lei entre as partes, ou seja, é um título executivo no qual não cabe mais discussão. As obrigações estão ali, a empresa aceitou e terá que cumprir”, assinala.

COMO VAI FUNCIONAR A RECUPERAÇÃO

PROGRAMAS

O acordo para recuperação do Vale do Rio Doce foi assim estruturado: os governos federal, mineiro e capixaba exigiram a execução de 20 programas de diretrizes socioeconômicas e outros 20 ambientais. Neles estão previstas todas as ações necessárias de recomposição da área atingida pela lama da Samarco e a assistência à população. Quando não for possível a recomposição, considerando desastre dessa magnitude, os entes partem para compensação financeira, em que a empresa promove aportes nos programas. Exemplos do que será feito: manejo de rejeitos da calha do rio Doce, melhoria da captação de água, recuperação de flora e fauna no entorno, indenizações e capacitação da população atingida.

SANEAMENTO

Além desses aportes há uma previsão de R\$ 500 milhões para saneamento, com valores repassados a partir de 2017, e que ficarão segregados numa conta da fundação que cuidará desses projetos. O dinheiro será aplicado de acordo com o que os municípios apresentarem de projetos de saneamento.

GARANTIAS

“Serão contemplados todos os atingidos pelo desastre. O acordo todo vale para municípios integrantes da bacia do Rio Doce. No Estado, desde Colatina, Linhares até a região costeira, como Aracruz”, garante o procurador-geral do governo capixaba, Rodrigo Rabello.

PROJETOS

A partir da celebração desse acordo, será a fundação que elaborará os projetos de recuperação



Peixes mortos após chegada dos resíduos tóxicos

baseados nas diretrizes criadas nesses programas. Em seguida, submeterá o plano de execução ao comitê interfederativo - representantes dos Estados e da União. Aprovado esse plano, é hora de executá-lo. Na sua elaboração será ouvida a população e a sociedade, através do conselho consultivo - que

GUILHERME FERRARI - 18/11/2015

abrigoará 16 representantes da comunidade atingida; do comitê da bacia do Rio Doce; e de especialistas indicados pelo Ministério Público. Os governos não terão cadeira conselho consultivo - não é esta a intenção em princípio.

PRESIDENTE

A fundação será sediada em Belo Horizonte,

segundo Rabello, porque “em Minas efetivamente os danos são bem representativos”. A entidade fará seleção de mercado para escolher seu presidente. A indicação pode envolver acordos políticos. Rodrigo Rabello, porém, frisa que a entidade será gerida por pessoas com expertise de gestão profissional. A fundação também será auditada por auditores externos independentes e fiscalizada pelo Ministério Público e conselho consultivo.

PODER PÚBLICO

Os valores aportados pela Samarco nos próximos 10 anos e a execução dos planos não passarão pelo poder público. “A única atribuição do poder público é dizer se o plano atende aos requisitos legais”, assinala o procurador-geral. A fundação contratará empresas para fazer os

projetos. “Estamos definindo um prazo para funcionar, daqui a 90 a 120 dias. Antes disso as ações não serão abandonadas, a Samarco não pode abandonar o que está fazendo”, reforça Rabello.

ARESTAS

Ainda há arestas a aparar. Dos R\$ 2 bilhões que tem de pagar este ano, a Samarco alega que já contribuiu com boa parcela, mas os valores não são consenso. “Nesses R\$ 2 bilhões estamos considerando tanto os valores já bloqueados por ações judiciais quanto determinados gastos da empresa na recomposição ambiental. Os valores a serem compensados é que ainda não estão fechados. Desses R\$ 2 bilhões há valores contestados pelos órgãos públicos, mas teremos um denominador comum”, confia Rabello.